



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1.191/2014

Confere com o original
Assinatura

Franklin Emmanuel da Silva Mano
Secretário Adjunto de Administração
Mat 1160

EMENTA: "Dispõe sobre a Tabela Salarial dos Servidores da Câmara Municipal de Cachoeirinha e altera o inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009 e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Cachoeirinha, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, decretou, e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos servidores de provimento efetivo e comissionada da Câmara Municipal de Cachoeirinha, passará a ser o discriminado abaixo:

I – Cargo Efetivo.

Assessor Jurídico	R\$ 1.650,00
Agente Administrativo I	R\$ 744,00
Vigilante	R\$ 744,00
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 744,00

II - Cargo Comissionado

Diretor Jurídico	R\$ 1.630,00
Diretor Financeiro	R\$ 1.630,00
Diretor Administrativo	R\$ 1.630,00
Assessor de Transporte	R\$ 744,00
Diretor de Serviços Gerais	R\$ 744,00

§ 1º. Em virtude do disposto no "caput" deste artigo, o valor diário do salário referente aos cargos de: Agente Administrativo I, Vigilante, Auxiliar de Serviços Gerais, Assessor de Transporte e Diretor de Serviços Gerais corresponderão à R\$ 24,80 (vinte e quatro reais e oitenta centavos) e o valor horário, a R\$ 4,13 (quatro reais e treze centavos).

§ 2º. Em virtude do disposto no "caput" deste artigo, o valor diário do salário referente ao cargo de Assessor Jurídico corresponderá à R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e o valor horário, a R\$ 9,17 (nove reais e dezessete centavos).

Art. 2º. Fica assegurado aos Servidores o direito a percepção do Salário Família nos moldes previstos pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).

Art. 3º. Para atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, considere-se:

I – o impacto financeiro com o reajuste é positivo, ficando dentro dos limites definidos pela Emenda Constitucional nº 025/2000;

II – a despesa é compatível com o Plano Plurianual e adequações com a Lei Orçamentária;

III – a despesa será efetuada com receitas oriundas das transferências constitucionais.

Art. 4º. Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta, serão processadas na rubrica própria, prevista na Lei Orçamentária em vigor, suplementada se necessário, conforme disposições da Lei nº 4.320/64.

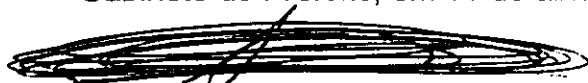
Art. 5º. O inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – Assessor de Controle Interno, símbolo ACI-2, com o quantitativo de 01 (uma) vaga, a ser ocupado por pessoa com formação técnica, de nível médio, percebendo como retribuição pelo exercício do cargo o valor de R\$ 2.135,00 (dois mil, cento e trinta e cinco reais)."

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros retroagiram à 1º de janeiro de 2014.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, em 11 de abril de 2014.



CARLOS ALBERTO ARRUDA BEZERRA

- Prefeito Constitucional -

Confere com o original


Assinatura
Franklin Emmanuel da Silva Mano
Secretário Adjunto de Administração
Mat. 1160



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1.191/2014

EMENTA: "Dispõe sobre a Tabela Salarial dos Servidores da Câmara Municipal de Cachoeirinha e altera o inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009 e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Cachoeirinha, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, decretou, e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos servidores de provimento efetivo e comissionada da Câmara Municipal de Cachoeirinha, passará a ser o discriminado abaixo:

I – Cargo Efetivo.

Assessor Jurídico	R\$ 1.650,00
Agente Administrativo I	R\$ 744,00
Vigilante	R\$ 744,00
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 744,00

II - Cargo Comissionado

Diretor Jurídico	R\$ 1.630,00
Diretor Financeiro	R\$ 1.630,00
Diretor Administrativo	R\$ 1.630,00
Assessor de Transporte	R\$ 744,00
Diretor de Serviços Gerais	R\$ 744,00

§ 1º. Em virtude do disposto no "caput" deste artigo, o valor diário do salário referente aos cargos de: Agente Administrativo I, Vigilante, Auxiliar de Serviços Gerais, Assessor de Transporte e Diretor de Serviços Gerais corresponderão à R\$ 24,80 (vinte e quatro reais e oitenta centavos) e o valor horário, a R\$ 4,13 (quatro reais e treze centavos).

§ 2º. Em virtude do disposto no "caput" deste artigo, o valor diário do salário referente ao cargo de Assessor Jurídico corresponderá à R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e o valor horário, a R\$ 9,17 (nove reais e dezessete centavos).

Art. 2º. Fica assegurado aos Servidores o direito a percepção do Salário Família nos moldes previstos pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).

Art. 3º. Para atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, considere-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE
GABINETE DO PREFEITO

I – o impacto financeiro com o reajuste é positivo, ficando dentro dos limites definidos pela Emenda Constitucional nº 025/2000;

II – a despesa é compatível com o Plano Plurianual e adequações com a Lei Orçamentária;

III – a despesa será efetuada com receitas oriundas das transferências constitucionais.

Art. 4º. Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta, serão processadas na rubrica própria, prevista na Lei Orçamentária em vigor, suplementada se necessário, conforme disposições da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Assessor de Controle Interno, símbolo ACI-2, com o quantitativo de 01 (uma) vaga, a ser ocupado por pessoa com formação técnica, de nível médio, percebendo como retribuição pelo exercício do cargo o valor de R\$ 2.135,00 (dois mil, cento e trinta e cinco reais).”

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros retroagiram à 1º de janeiro de 2014.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, em 11 de abril de 2014.

CARLOS ALBERTO ARRUDA BEZERRA
- Prefeito Constitucional -